
DINHEIRO: A POLÍTICA E A GUERRA POR OUTROS MEIOS OU MAQUIAVELISMO MONETÁRIO

*Valter Duarte Ferreira Filho - Professor de Ciência Política
da UFRJ e da UERJ*

Nota da Redação

Publicamos abaixo a conferência do Professor Valter Duarte Ferreira Filho, pronunciada no dia 4 de julho do corrente ano perante uma banca examinadora do concurso público para Professor Titular de Ciência Política da UFRJ.

Como verá o leitor, trata-se de tese original, consubstanciando, no fundo, uma fenomenologia compreensiva dos sentidos e significados do dinheiro nas suas funções originárias em torno dos destinos da humanidade.

Edmund Husserl, na sua última fase, tomou como fio condutor das suas preocupações a história dos desvios teleológicos do saber científicos como responsável pela crise da humanidade, também por ele denominada crise das ciências europeias. E aí está o totalitarismo da técnica...

Talvez a conferência aqui transcrita nos ajude a entender a

perigosa recusa do pensamento que hoje mina as instituições e acelera ainda mais a nossa redução a um rebanho de consumidores, longe dos cansativos compromissos com a vida do espírito.

INTRODUÇÃO

Quero entender que a setorização deste concurso em *Estado, Políticas Públicas e Política Internacional* seja um desafio para encontrar como tema da conferência um objeto que diga respeito a essas três partes e seja também um objeto que se diferencie dos demais possíveis exatamente pelo seu caráter político.

O objeto escolhido está no título, *Dinheiro: a Política e a Guerra por outros meios*, e é outro desafio que me proponho a enfrentar. Isso porque, em nossa cultura, quando alguém fala em dinheiro ou moeda, aqui tratados como sinônimos - não considerando a distinção feita por Marx no *Para a Crítica da Economia Política* (Marx; 1974, 216)-, o que se tem em mente é aquilo que dizem ser a sua condição, qualidade ou caráter *econômico*. Na literatura a respeito, é assim que o dinheiro é amplamente tratado, e isso numa imensa lista de autores na qual é possível destacar Karl Marx, Max Weber, Vilfredo Pareto, Georg Simmel, Werner Sombart, à parte os mais explicitamente economistas. Não seria, talvez, um objeto adequado às exigências de um concurso de Ciência Política.

No entanto, em contrário a essa dominante e imperativa designação, o dinheiro será tratado aqui tendo em vista aquilo que nos dias de hoje o produz e o garante, que é o Estado, detentor do *monopólio do uso legítimo da força física, considerado a única fonte do direito de usar a violência*, que é *o meio decisivo para a política*, segundo Max Weber (Weber; 1974, 98, 145) o que nos permite definir o dinheiro, no sentido de distingui-lo, talvez, de modo

brutal: dinheiro é uma criação institucional, representativa do uso da violência entre os homens em sociedades, sem dúvida, violência legítima, isto é, violência consentida, comandante, obedecida. Por isso, tanto representa um meio consentido de comando como um direito do seu portador. É um objeto, por excelência, jurídico-político, repita-se: uma instituição política. Mais ainda: é parte dos poderes executivos que o Poder Executivo produz, distribui e garante.

Em rigor, isso não teria qualquer dificuldade de ser compreendido. Bastaria dizer como Galbraith que *o dinheiro tem três progenitores: casas da moeda, secretários de tesouro ou ministros da fazenda* (Galbraith; 1977, 19), e dizer que tem a territorialidade do Estado que lhe dá garantia, considerando-se a exceção da extraterritorialidade do dólar e a multinacionalidade do euro, que, todavia, não desmentem a sentença que denuncia a sua criação política nem o meio específico do seu criador, o Estado. Esse meio, repetindo, é a violência legítima, que não deve ser confundida com a noção de violência com que Michel Aglietta e André Orléan trabalham no livro *A Violência da Moeda*, publicado em 1982 (Aglietta e Orléan; 1990, 57-63).

Para nós, brasileiros, talvez fosse até muito fácil reconhecer o caráter estatal do dinheiro e o seu fundamento na violência legítima. Na nossa recente história republicana, na qual passamos por várias reformas monetárias, como foram as que instituíram o cruzeiro em 1942, o cruzeiro novo em 1967, novamente o cruzeiro em 1970, o cruzado em 1986, o cruzado novo em 1989, a volta do cruzeiro no Plano Collor em 1990, que virou cruzeiro real em 1993, transformado em real com o Plano Real em 1994, a origem estatal do dinheiro e o seu caráter político estariam mais do que dados à observação.

Porém, em sociedades, especialmente quando se trata de questões políticas, simplesmente observar não basta. Tudo há de

ser socialmente representado, o que pode mudar completamente o valor que se dá àquilo que se observa. E tem sido assim para o mundo inteiro, não somente para nós, brasileiros.

Por isso, autores como Alexander Del Mar (1836-1926), de *A História dos Sistemas Monetários (History of Monetary Systems)* (Del Mar; 1969), e Georg Knapp (1842-1926), de *The State Theory of Money* (Knapp; 1973), apesar de toda argumentação desenvolvida, não conseguiram passar de destacar o caráter legal, inevitavelmente estatal do dinheiro. Não conseguiram influenciar na aceitação do dinheiro pelo seu caráter jurídico-político, pelo seu *valor legal*. Eles não encontraram meios de romper a desconfiança em relação a qualquer dinheiro para o qual não fosse considerada uma base ou garantia material, em rigor, de ouro. Não conseguiram superar o desejo dominante de que o dinheiro tivesse objetividade material em si. As resistências a aceitar o caráter político do dinheiro eram quase impossíveis de serem vencidas.

Mesmo John Maynard Keynes, depois de tudo o que escreveu no *Treatise on Money* (apud Carvalho, 1987) e na *Teoria Geral do Juro do Emprego e do Dinheiro* (Keynes, 1991), lutando para que se considerasse que o dinheiro tem um papel ativo - papel de comandante, jamais neutro -, no capitalismo, e considerou que obter saldo de balança comercial era o desejável resultado da arte prática de governar, não se preocupou em discutir a respeito do caráter político do dinheiro.

É certo que muitas das dificuldades para que se aceite que o dinheiro é um objeto político, um representante da violência legítima entre os homens, devem-se às suas possibilidades, aos seus atributos, e a como esses atributos foram descobertos e progrediram na história, mas, numa muito considerável parte, ao que nós fazemos com a política, ao que nós fazemos com o uso da violência legítima,

escondendo-a ao representá-la entre nós, seja por estratégia ou, como resultado de tantas pressões éticas, por vergonha.

Nós escondemos a política, e dela escondemos a violência. Não fosse assim, qual seria a razão de correrem tantos séculos até aparecer Maquiavel? E qual a razão de Maquiavel ser tão importante senão por lhe dar o seu próprio discurso, o discurso da política, embora a política continuasse a ser escondida na Filosofia, na poesia, nos contos, nas disputas matemáticas e até mesmo, como veio a ser, escondida na Física de Newton, no seu *Sistema do Mundo*?

Porém, até em Maquiavel precisamos prestar atenção, pois o maquiavelismo não é explicitação de força, ameaça de violência: o maquiavelismo é conseguir o que se quer na política, isto é, nas relações sociais que têm como objeto que as distinguem a possibilidade do uso da violência, sem empregá-la, deixando-a como último recurso, sem dúvida, para decidir.

Como objeto político que é, o dinheiro não foge à regra. Seu caráter político, sua condição de representante da violência legítima está escondido na Economia, que é a grande responsável pelo imaginário de intenções políticas e fundamentos religiosos no qual é apresentado como objeto econômico; imaginário que dá condições, com toda a autoridade que conquistou, para que, em posição extremista, o autor de base do chamado *neoliberalismo*, Friedrich Hayek, doutrinasse em favor da despolitização total do dinheiro, não só da despolitização teórica, ainda em andamento, como também da sua despolitização prática, por desnacionalização ou desestatização (Hayek; 1978), como se fosse possível acabar com esse caráter, como se fosse possível acabar com o caráter político do dinheiro.

É preciso, então, voltar ao título desta conferência, certamente inspirado na conhecida frase de Clausewitz, em que disse que *a guerra nada mais é do que a política por outros meios*, considerando

assim que *a guerra é um meio da política* (Clausewitz; 1979), para esclarecer por que, apesar de inspiração, ela não será aqui obedecida.

Com *Dinheiro: a política e a guerra por outros meios* o que se faz é falar de um objeto que, ao contrário da guerra, que desmascara a política, o dinheiro é um objeto que encobre, esconde a política e a guerra. Em rigor, o título desta conferência pretende falar em maquiavelismo monetário, prática baseada na ocultação do caráter político do dinheiro.

I

O dinheiro, cujas raízes estão nas moedas criadas pela primeira vez na história, no século VI a. C, pelo rei Creso da Lídia, na Grécia, como prerrogativas do portador da soberania de um povo, teve transformadas as suas funções e os rumos de sua história a partir do momento em que os gregos, os atenienses, em especial, começaram a usá-las nas guerras e para controle político, sobretudo na Guerra do Peloponeso, como contou Tucídides, ou, segundo a tradição, Marcus Furius Camillus (446-365 a.C) começou a usá-las para pagamento dos soldados romanos.

A base da importância do dinheiro deriva de seu uso na guerra na Antiguidade, desse caráter de representante do comando supremo, desse caráter do representante maior da soberania de um povo, que por meio dele, dinheiro, transmitia, delegava, transferia toda a sua condição de comandante a seus portadores, sem dúvida, com reservas, como se encontra em duas passagens de Tucídides na sua obra clássica, nas quais o dinheiro aparece como meio de comando que tem de ser distribuído sem, todavia, permitir abuso de poder de seus portadores: a) *de modo geral a guerra depende de discernimento e dinheiro* (Tucídides; 1982, 89); b) *os atenienses*

davam a seus homens apenas três óbolos, não tanto por penúria, mas principalmente para evitar que seus marinheiros se tornassem insolentes em consequência da abundância de dinheiro (Tucídides; 1982, 397).

Pois foi desse uso tendo em vista as guerras que os homens, na ausência ou na periferia delas, começaram a descobrir possibilidades não militares no dinheiro. Possibilidades de transmitir o comando originário de seu criador para obter coisas necessárias na vida privada ou mesmo o prestígio de possuí-lo e acumulá-lo, como Aristóteles, associado a Alexandre no seu projeto de dominação universal, viu e relatou e, bem mais tarde, Marx lembraria n' *O Capital*: os entesouramentos particulares, o acúmulo do dinheiro como um valor em si mesmo, em prática chamada de *crematística* (Marx; 1980, 171). Foi o que Petrônio viu em Roma e deixou registrado no *Satíricon*. Foi o que, muito bem documentado e com referências bibliográficas, a professora Norma Musco Mendes relatou no seu livro *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso* (Mendes; 2002). Porém, nada que indique naqueles tempos a ação tipicamente burguesa de usar dinheiro para ganhar mais dinheiro com trabalho contratado, apesar de tudo que se possa falar de usura naqueles tempos. E se o dinheiro foi objeto de alguma política pública, essa terá sido somente política tributária, na qual o dinheiro nem sempre foi objeto único, pois os impostos caíam talvez mais sobre a produção agrícola.

Da Antiguidade, então, guardamos o uso prioritário do dinheiro nas guerras, a descoberta e o uso de suas possibilidades não militares e as práticas de entesouramento, que tanto foram dos imperadores quanto de homens comuns. Mas vamos dar maior atenção ao crescimento do uso das possibilidades não militares do dinheiro. Desse uso derivaram as formas de esconder o seu caráter político e, por ironia, as práticas em que o dinheiro é usado como a política e a guerra por outros meios.

II

Vamos entrar, então, na Idade Média considerando o comando, ou melhor, as iniciativas em favor de uma doutrina de fraternidade universal, cuja principal instituição, a Igreja Católica Romana, pela sua oposição a tudo que representasse violência não se preocupou em produzir dinheiro, o que vem a ser uma bela prova indireta do seu caráter político. Afinal, por que a Igreja criadora e educadora em favor de uma doutrina de fraternidade universal produziria o dinheiro, um filho da violência, ainda que legítima?

Porém, com Pepino III, o Breve (714-768), na criação do Sacro Império Romano, voltou-se à produção do dinheiro para uso militar. Daquela vez com um novo componente, derivado das relações religiosas daquela dinastia então consagrada pela Igreja: a fundamentação no Deus criador dos cristãos, nova marca da soberania política que prosseguiu com Carlos Magno (747-814) e se espalhou pela Europa como autêntico mandamento político.

E foi com as guerras de reabertura do Mediterrâneo, com as guerras de reconquista da Península Ibérica, com as Cruzadas e tudo que levou ao incremento da produção de dinheiro e do seu uso militar, que as possibilidades de práticas monetárias não militares aumentaram e, uma vez aproveitadas, enraizaram as condições para o dinheiro se tornar o mais importante meio incruento de dominação e comando de todo o planeta, embora representante da violência, sem dúvida, violência legítima, obedecida.

Práticas monetárias não militares que, especialmente nas cidades italianas, como consequência do fenômeno de fricção interétnica que foram as Cruzadas, conheceram o cálculo e passaram a usá-lo. Diga-se, então, que sem o cálculo não seria possível o aproveitamento do que um dia Benjamin Franklin chamou de *caráter prolífico do dinheiro* (Weber; 1983, 29), porque esse caráter

não parece ser do dinheiro em si e sim das condições culturais em que venha a existir. Por isso, dizemos que sem o cálculo ficaria prejudicada a atividade burguesa, que naquele tempo apareceu na própria guerra e não na produção, pois o processo começava na contratação de guerreiros, que saqueavam e conseguiam as matérias primas – ouro ou prata, especialmente o ouro, escasso na Europa -, para a fabricação de mais dinheiro do que o que havia sido gasto para iniciar o processo de sua obtenção.

Foi um momento de grande crescimento da profissionalização militar, cuja mais significativa consequência foi a ascensão política do dinheiro em relação à propriedade territorial. Bons guerreiros não eram os camponeses vassalos; bons guerreiros eram os profissionais, apesar das conhecidas restrições de Maquiavel a tropas mercenárias. Por isso muitos senhores feudais passaram a produzir dinheiro para contratá-los, tendo cunhagens próprias, num processo que veio a ser interrompido, no início do século XIV, por Felipe, o Belo, cujo papel na centralização do direito de cunhagem foi decisivo na história da França e, talvez, por influência, na formação de outros Estados Nacionais, ponto alto do absolutismo, no qual a soberania, como bem falou Jean Bodin, era representada também no monopólio real do direito de cunhagem (apud Hayek; 1986, 20).

Nas muitas tentativas de evitar o colapso da Cristandade, a Igreja tentou desmoralizar o dinheiro por meio da submissão moral dos seus produtores e possuidores. Não conseguiu. Para agravar a crise, antes mesmo da Reforma Protestante e da Igreja Anglicana, que quebraram o monopólio de interpretação das Sagradas Escrituras, o caminho filosófico para a Natureza já indicava a descoberta de uma fonte alternativa de fundamentação em Deus para escapar das fontes dominadas pelas autoridades eclesiásticas: a Natureza, que Hobbes viria a chamar de *a arte por meio da qual deus fez e governa o mundo* (Hobbes; 1983, 1) .

O fato é que naquela fase, bem como nas suas consequências, quem não tinha ouro ou prata não tinha dinheiro, e quem não tinha dinheiro não tinha guerreiros profissionais. O dinheiro era o principal meio de se dispor de violência qualificada. Daí a importância cada vez maior das matérias-primas de sua fabricação. Daí a política tributária ser cada vez mais sobre o dinheiro do que sobre a produção agrícola e a prestação de serviços. Daí a formação das repúblicas e dos principados italianos, em rigor, formações burguesas, com a criação dos bancos particulares, sempre em torno da organização de suas cidades por meio de dinheiro e de seu uso para multiplicá-lo. Daí, pouco mais adiante, as coroas cada vez mais precisarem de homens que se organizassem para a prática de obter os metais amoeáveis ou o dinheiro já produzido. As coroas precisavam de burgueses, homens que se aventuravam a contratar trabalho ou guerreiros para obter os metais amoeáveis do jeito que pudessem obter. Sem esses metais não cunhariam dinheiro, não teriam guerreiros. E, nesse processo, continuou crescendo a importância do dinheiro em seu aproveitamento não militar, no que chamamos de comércio. Porém, nada que procurasse ocultar o caráter político do dinheiro, a sua condição de representante da violência legítima.

III

Foi no século XVII, no qual Colbert falaria da *guerra do dinheiro*, que apareceram os problemas e as discussões que levaram um dia à ocultação do caráter político do dinheiro. Não foi com Antoyne Montchrétien, que em 1615 criou o termo *economia política*. Montchrétien não escondeu no seu *tratado* as relações entre o dinheiro e as guerras, tampouco o caráter político e a violência que eram representadas no dinheiro, e até na posse dos metais amoeáveis sem cunhagem. São dele as seguintes palavras, quando se referiu a vender pelas caras aos inimigos:

Para, em troca delas (das peles caras) despojá-lo (o inimigo) do ouro e da prata e de outras vantagens e, depois de debilitá-lo assim, poder vencê-lo mais facilmente e apoderar-se dele. (apud Heckscher; 1943, 488)

Terá sido Hobbes, ao valer-se da leitura do próprio homem, a *mais excelente obra da Natureza*, quem primeiro falou, no capítulo XXIV do *Leviatã* - inspirando-se na circulação do sangue descoberta por Harvey, publicada em 1628 -, em circulação monetária, sem dúvida, no homem artificial do qual falava, a *Commonwealth*, comunidade que estava em busca da formação política compatível com os ideais individualistas de seus componentes. Dessa maneira não intencional, isolando o conjunto das relações sociais em que se fazia o aproveitamento das possibilidades não militares do dinheiro, Hobbes abriu o caminho para a representação despolitizada das relações monetárias desse conjunto, cujo mais significativo resultado veio a ser a construção ideal do *sistema de mercado*.

A ideia de circulação monetária foi acompanhada pelo médico William Petty (1623-1687) e pelo também médico John Locke, bem como por autores hoje chamados de mercantilistas, numa discussão que dizia respeito à quantidade necessária de dinheiro para uso não militar nas relações sociais internas da produção ao consumo. O *sangue* da sociedade era considerado de natureza monetária. Porém, tudo isso tendo em vista, exceto no caso de Hobbes, liberar os excedentes monetários para as atividades burguesas dirigidas para o comércio exterior, isto é, para o campo de batalha da guerra monetária, por meio do qual chegavam as matérias-primas do dinheiro.

Então, na Inglaterra, seguido ao período revolucionário do qual derivaram instituições políticas voltadas para a proteção e a garantia da propriedade privada e dos excedentes monetários, apareceu o problema de liberar, plenamente ou não, os excedentes monetários particulares para obter mais dinheiro ou metais amoeáveis por meio

do comércio exterior. Destaque-se, então, a discussão entre Locke e Dudley North - a quem se atribui a primeira definição de capital, e como *stock* monetário -, a favor e contra, respectivamente, controles centrais do governo. E, lembre-se, dinheiro era considerado riqueza porque proporcionava segurança, prosperidade e liberdade.

Antes que a solução fosse encontrada - e ela só seria encontrada no plano ideológico -, na França, um médico, François Quesnay, protestou contra o domínio do dinheiro nas atividades produtivas, o que, do ponto de vista exclusivo da subsistência humana, correspondia a subverter o que seria a *ordem natural das coisas*, ao priorizar os meios de produção de acordo com a sua eficiência monetária. Mais importante seria a manufatura do que a agricultura, como um pouco mais tarde a Revolução Industrial faria a indústria ser mais importante do que a manufatura para as práticas burguesas. Para Quesnay, era a subordinação da subsistência humana às práticas monetárias. Então, no *Tableau*, propôs que o *sangue* das sociedades, a sua riqueza, fossem os produtos agrícolas, os nutrientes que circulariam por todas as classes alimentando-as. Foi, provavelmente, a primeira grande denúncia do domínio político do dinheiro sem qualquer acusação moral contra ele, e mantendo viva a ideia de circulação.

Sensível à posição de Quesnay contrária ao comando e aos fins monetários da produção, Adam Smith, naturalista em busca de soluções para os problemas do individualismo, aproveitando-se das relações sociais de práticas monetárias não militares, elaborou em tese um sistema no qual o dinheiro circularia sem funções de comando e sem ser a finalidade da produção, isto é, sem ser capital e sem formar stocks: o *sistema de mercado*, fundamentado em Deus, tanto pela tendência natural dos homens para a troca quanto pela ordem geral das trocas em equilíbrio inspirada na ordem do *Sistema de Mundo* de Newton. Foi o aproveitamento ideológico mais significativo do uso não militar do dinheiro nas relações sociais.

Porém, tal sistema ideal não teria a importância que teve se não tivesse sido aproveitado por favorecer exatamente aquilo que combatia, as práticas monetárias burguesas, dotando a Inglaterra, já no final do século XVIII, e, depois, todas as burguesias do mundo, de uma representação ideológica do dinheiro que, ao neutralizá-lo em tese, o liberava ao máximo para as atividades burguesas. Foi o aproveitamento ideológico mais significativo do uso não militar do dinheiro nas relações sociais e, como é próprio das representações ideológicas, em contradição com a realidade.

Praticado como meio de comando, principalmente em busca de si mesmo acumulado, mas representado como meio de troca, o dinheiro ganhou pela primeira vez na história um padrão internacional de peso e quilatação depois das guerras napoleônicas, por ocasião da organização do mundo decorrente do Congresso de Viena, tendo sido provável sugestão de David Ricardo. Consolidava-se, assim, a ocultação de seu caráter político, bem como ajudava a esconder as dificuldades de abastecimento por que a Inglaterra cada vez mais passava na medida do seu desenvolvimento industrial. E compôs com as instituições políticas liberais, com a crença em mercado autorregulável e com o acordo entre as grandes potências européias decorrente do Congresso de Viena o que Karl Polanyi chamou de *Civilização do Século XIX* (Polanyi; 1980, 23).

Importante lembrar que, mesmo numa posição crítica em relação à Economia Política e ao capitalismo, Marx contribuiu para consolidar a representação civil do dinheiro, isto é, a representação despolitizada do dinheiro, ao dizer que sua origem estava na mercadoria. Além disso, por princípios filosóficos, sob concepção materialista das sociedades, Marx aceitou a Economia Política como a ciência que se referia ao que Hegel chamou de *sistema de carências humanas*, dando crédito à idéia de *realidade ou ordem econômica*.

Por caminhos filosóficos materialistas, Marx concluiu que *na produção social de suas vidas os homens contraem relações de produção necessárias e independentes de suas vontades* (Marx; 1977, 301), e concluiu também que a produção social, não só a da subsistência individual dos homens, é condição necessária para a reprodução material das sociedades ou modos de produção como um todo (Marx; 1980). Assim, deixou em aberto a possibilidade de se concluir que a produção das condições materiais de existência em geral, por ser produção necessária, seria o maior imperativo sobre as sociedades e sobre os homens.

E nada parece mais convincente e irremediável que essa concepção materialista de Marx. Porém, mesmo concordando que sejam necessidades, pois não se vive sem condições materiais de existência, e que a reprodução material das sociedades como um todo prevalece sobre a necessidade de subsistência individual dos homens, haja vista o que diz n' *O Capital*, especialmente a respeito de exército industrial de reserva, é preciso dizer que o funcionamento monetário prevalece sobre ambas. As ordens monetárias dominaram todas as necessidades: dominaram a classe operária; dominaram as próprias necessidades de reprodução material das sociedades e impuseram as suas: as suas necessidades absolutamente monetárias, típicas necessidades de conservação do comando e dos seus meios de comandar.

IV

Ainda no século XIX, a Inglaterra, quando não estava em operações militares, estabeleceu relações pacíficas com outros povos, dos quais seu abastecimento passou cada vez mais a depender, conseguindo os produtos primários necessários para a sua sociedade e dominando essas relações pelos meios monetários, assim também expandindo as suas atividades capitalistas, para as quais contava com suas agências especializadas: os bancos que operavam na sua

moeda, medida padrão internacional por obra e graça de sua política externa. E os donos dos circuitos financeiros ligados a indústrias e aos construtores de ferrovias de outros países industrializados seguiram o exemplo inglês e também estabeleceram relações desse tipo com os países independentes não industrializados.

Foi o que, num livro escrito em 1902, John Atkinson Hobson chamou, condenando, de *imperialismo*, e Lênin, inspirado nele e no austríaco Rudolf Hilferding, mas com outros fundamentos teóricos, definiu como *fase superior do capitalismo*, pois *o imperialismo, o domínio do capital financeiro, é o capitalismo em seu mais alto grau* (Lênin 1979; 66). Foi o capitalismo monopolista, concentrador da produção, formador de cartéis, de expansão e domínio internacional, um fenômeno de domínio político incruento dos países de mais desenvolvida tecnologia e, assim, de maior poderio bélico. Domínio exercido por bancos, na prática da bancocracia, da qual, em seu início em limites nacionais, Marx falara no capítulo XXIV d' *O Capital*.

Por isso, talvez mais do que qualquer outra coisa, o imperialismo representou, e continua representando, a política e a guerra por meios monetários, bem de acordo com as palavras de Lênin, das quais a representação despolitizada do dinheiro impedia que fossem reconhecidas e exploradas as possíveis consequências epistemológicas:

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, os quais trazem em todas as partes a tendência à dominação e não à liberdade. (Lênin; 1979, 135)

Porém, as dificuldades da Alemanha, desde a sua unidade política em 1871, de ocupar um lugar entre as grandes potências responsáveis pela ordem mundial, mais as explosivas questões nacionais na Europa, levaram à Primeira Guerra Mundial, segundo Lênin, *para decidir qual grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, havia de receber a maior parte do botim*. Foi o fim do que Polanyi chamou de *cem anos de paz*.

Se foram os *bandoleiros ingleses* os vencedores, isso não impediu que se completasse a transição de comando do capitalismo mundial da Inglaterra para os Estados Unidos, participante de última hora, porém decisivo naquela guerra. Sem nenhum planejamento monetário expressivo, talvez por ainda predominar a palavra de ordem *laissez-faire*, e com os países abandonando o padrão-ouro, o comando da recuperação pós-guerra foi centralizado no sistema do dólar.

De início, tudo era euforia, como é próprio do capitalismo em expansão, parecendo mesmo que não se devia temer a União Soviética, formada como consequência da Revolução Russa de 1917. Mas a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 provocou um colapso de circulação de direitos e/ou meios de comando que se irradiou por todo o capitalismo. Então, o mundo ligado financeiramente aos Estados Unidos passou por um tempo, a *Grande Depressão*, no qual a fome crescia de um lado e a produção, por não se poder pagá-la, era jogada fora e interrompida em larga escala. Tempo em que trabalhadores desempregados cresciam em número e as máquinas em condições de funcionamento ficavam paradas, bem com as plantações e as colheitas. Estranho tempo, portanto, em que muito podia funcionar, mas não funcionava; em que pessoas em grande número, involuntariamente, não conseguiam trabalhar nem consumir. Foi um tempo em que o capitalismo mostrou que o funcionamento monetário estava acima de todas as necessidades, como a literatura e o cinema mostraram n' *As Vinhas da Ira*, e Charles Chaplin havia mostrado em *Tempos Modernos* para, bem depois, o cinema insistir em lembrar n' *A Noite dos Desesperados*.

Enquanto isso, a Alemanha, que pelo Tratado de Versalhes fora condenada a pagar uma dívida de guerra que a levaria à hiperinflação em 1923, aprendera, provavelmente, o quanto era arbitrária a criação de um sistema monetário e reorganizou seu sistema financeiro em 1934, para grande sucesso inicial do governo nazista, o que mais adiante levou o mundo à desgraça da Segunda Guerra Mundial.

Isso, entre outras coisas, porque Hitler preferiu seguir nos termos de Clausewitz, *a guerra nada mais é do que a política por outros meios*. Se entendesse a lição que estava na base do sucesso inicial do governo nazista, talvez fosse outro o resultado, mas seria pior para o mundo. O fato é que aquela guerra pôs em confronto duas culturas políticas tão próximas quanto distintas: a cultura política germânica, na qual a violência é explicitada sem rodeios e da qual vem a frase de Clausewitz, e a cultura política judaico-cristã, na qual a violência é escondida por muitos meios e só é usada para decidir, cultura que produziu o maquiavelismo e que tem a frase escolhida para a conferência, que não esconde referir-se a maquiavelismo monetário.

Mas a destrutiva produção da Segunda Guerra recuperou o funcionamento do capitalismo nos seus países comandantes e se estendeu. Então, antes que encerrasse, seus representantes reuniram-se numa conferência para preparar o capitalismo do pós-guerra: a Conferência de Bretton Woods. Não se esperava mais que o utópico *sistema de mercado* se recuperasse, pois, veladamente, duvidava-se, ou até nem se acreditava mais na sua existência. O capitalismo era inevitavelmente uma ordem de práticas monetárias e isso não podia mais ser esquecido por quem pretendesse gerenciá-lo.

Em decorrência, duas instituições internacionais foram criadas: o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, conhecido como Banco Mundial, típico exemplo internacional do que um dia Marx chamou de *socialismo conservador*, e o FMI, Fundo Monetário Internacional, no qual nos concentramos a partir de agora.

Em tese, ou melhor, para efeito de apresentação ideológica, o FMI terá sido criado para promover o crescimento do comércio mundial e conceder empréstimos aos países membros em dificuldades no balanço de pagamentos.

Porém, é possível propor outra maneira de pensá-lo: trata-se o

FMI de agência destinada à regulação monetária da ordem capitalista internacional bem como à regulação monetária de seus membros, tendo em vista possibilitar o cumprimento dos contratos relativos a créditos e dívidas por meio da manutenção da capacidade de pagamento e endividamento de cada um.

Para esse fim, foi criado um sistema de conversibilidade de moedas tendo como moeda central, em rigor, moeda obrigatória, como meio de comando supremo do sistema, a moeda do país mais poderoso em termos de tecnologia e potencial bélico: o dólar dos Estados Unidos da América. Desse modo, os sistemas monetários, especialmente o dos países endividados ficaram subordinados ao sistema do dólar. Todos os países endividados em dólar tiveram a partir de então seus sistemas de preços relativos subordinados ao sistema do dólar.

Não é necessário, portanto, que os Estados Unidos da América explicitem seu desenvolvimento tecnológico e suas armas de ponta. Todo o seu poderio político se veste e engana como *poder econômico*, como se fosse próprio de uma ordem que no século XIX, Stuart Mill dizia ser pacífica (Mill; 1983, 21) e que, devido ao seu caráter incruento reforçado pela força cultural do imaginário *econômico*, o mundo acredita que seja.

É fora de dúvida que a ideia de atrelar o dinheiro a algum meio de medida material ocorreu ainda na criação do FMI. Como recurso para não deixá-lo flutuar ao arbítrio dos governos dos Estados Unidos, o dólar, na razão de 34 dólares por onça, foi atrelado ao ouro, forma de conversibilidade típica dos receios que Alexander Del Mar e Georg Knapp tentaram erradicar.

Porém, em 1971, os Estados Unidos abandonaram essa conversibilidade e passaram ao mais puro arbítrio na produção e na administração do dólar, encerrando o Sistema de Bretton Woods,

mas não o FMI, nem abrindo mão de possuir o sistema monetário comandante das relações internacionais. O dólar foi emancipado das obrigações de objetividade, isto é, livrou-se da crença de que o dinheiro tinha de representar algo material, algo que pudesse ser objetivo, marca da intenção de despolitização de sua representação.

Se o FMI exerce pressão sobre os países endividados, sobretudo quando precisam de empréstimos, determinando diretrizes para as suas políticas públicas e, sem dúvida, sobre a própria liberdade de os governos produzirem e expandirem suas moedas, isto é, o seu próprio dinheiro nos seus domínios políticos, nós, brasileiros, temos um bom exemplo ao longo da nossa história recente do que isso significa, mas também daquilo que um dia significou não obedecer ao FMI.

Pressionado para adotar medidas restritivas que comprometeriam ou até impossibilitariam o seu Plano de Metas (*50 anos em 5*) e a construção de Brasília, o presidente Juscelino Kubitschek rompeu com o FMI, aumentou a base monetária brasileira, abriu os investimentos no país para o capital estrangeiro, concedendo generosas vantagens e interveio na esfera do trabalho decretando aumento real do salário mínimo. Sem dúvida, providências típicas de país que não tem moeda conversível, corajoso ato de soberania na opção por não aceitar ingerências externas nas suas políticas públicas.

É certo que o FMI cumpriu importante papel no tempo mais crítico da *Guerra Fria*. De grande importância na organização e regulação da ordem monetária do mundo capitalista, teve relações estreitas com o *Welfare State keynesiano*, marcado por políticas de seguridade social e pelo crédito direto ao consumidor, isto é, pela *sociedade de consumo*, que um dia chegou ao Brasil e foi chamado do *milagre econômico*.

Porém, nos anos 70, com a desaceleração das atividades capitalistas, *desaceleração de crescimento*, seguido pelo choque

do petróleo, veio um período de inflação e do desemprego, que provocou uma reviravolta na orientação do capitalismo. O aumento do preço do barril de petróleo pela OPEP, de modo abrupto e abusivo, alterou significativamente as relações nos sistemas de preços relativos dos países importadores, denunciando o quanto a alteração do preço em dólar de um produto estratégico interferia nas ordens monetárias a ele subordinadas. Foi como uma revanche das necessidades materiais sobre os sistemas monetários.

Contra o desemprego e a inflação, uma das soluções encontradas, inicialmente nos países escandinavos, foi o neocorporativismo, prática na qual abre-se a possibilidade de a classe operária, por meio de sindicatos e partidos políticos, participar na administração do capitalismo, dando prioridade ao volume de emprego acompanhado de inflação baixa e não à maximização dos ganhos salariais.

Mas, significativo mesmo da mudança de orientação do capitalismo foi o neoliberalismo, marcado em sua preparação, na década de 70, pela concessão do Prêmio Nobel a economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, e pela favorável citação pública por parte da Primeira-Ministra britânica, Margareth Thatcher, do livro *A Constituição da Liberdade*, que fora escrito por Hayek em 1960.

O neoliberalismo trouxe de volta toda a influência do ideário que pretendia minimizar a atuação dos Estados e proporcionar a mais livre prática burguesa de usar dinheiro para ganhar mais dinheiro. Nada, porém, que afetasse o domínio do dólar e a importância do FMI, que mais forte ainda ficaram com o colapso dos países socialistas de 1989 a 1991 e o fim da *Guerra Fria*. Pelo contrário, explorando a discutível idéia de *globalização*, o chamado *Consenso de Washington* mostrou muito bem sua afinidade com esse domínio ao prescrever para a América Latina, tratando-a como uma espécie de área de reserva do imperialismo, as seguintes diretrizes: disciplina fiscal,

disciplina monetária, liberalização comercial, desregulamentação social e privatizações.

Até mesmo o petróleo que parecia dominar o dólar, foi dominado por ele, por mais que tivesse de ser gasto em sua compra. E os casos de inflação alta ou hiperinflação, que foram em decorrência das relações entre sistemas de preços relativos de sistemas monetários subordinados - sem dúvida, de países endividados -, e o sistema de preços relativos no sistema do dólar, também destacaram com muita clareza esse domínio.

No Brasil, esse domínio foi demonstrado até na solução encontrada para combater os seus efeitos inflacionários, o Plano Real, que consistiu na construção de um sistema de preços relativos tendo em vista os próprios custos em dólar na formação dos preços. Então, uma vez estabelecido um sistema de preços relativos na URV com relatividade próxima da que era projetada por esses preços no sistema do dólar, fixou-se, arbitrariamente a paridade entre a nova moeda, o real, e o dólar.

Sem as alterações provocadas na relação do dólar com o real, iniciou-se um tempo de estabilidade monetária que, por ser o Brasil um país endividado, assim que a relação entre as duas moedas passou da fixação para a flutuação, o aumento do dólar pôs o sistema de preços relativos do real em perigo de inflação. Porém, generosos empréstimos do FMI, principalmente o anterior às eleições de 2002, livraram o Brasil da voracidade dos bancos particulares aos quais tinha de recorrer para rolar a sua dívida externa. E assim, tendo em vista outros fatores além da estabilidade monetária, segue o Brasil num tempo de estabilidade política que tende a fazer da Constituição de 1988 a recordista em duração na sua história republicana.

Há de se falar também na recente crise financeira, cujo início terá sido em 2008. É mais um colapso de circulação de direitos ou

meios de comando devido a impossibilidades de cumprimento de contratos relativos a dívidas nos mais variados níveis. É crise que fala direto da necessidade de os Estados Unidos encontrarem um meio de recuperar seu prestígio e seu extenso domínio internacional, que, como bem manda o maquiavelismo, não deve ser em bases militares e sim por meio do dólar como política e guerra por outros meios. Afinal, desponta no mundo a China, país que segue num ritmo de desenvolvimento que pode servir de exemplo, especialmente por ser comandado por meio do iuan, moeda não conversível com a qual o governo chinês se faz o comandante supremo de um sistema monetário não subordinado.

Sem dúvida, moedas não conversíveis de grandes potências não são novidades na história. Na obra *Economia e Sociedade*, Max Weber fala das moedas da Rússia e da Áustria, que não eram conversíveis ao padrão-ouro (WEBER; 1977, I, 152). E nas *Memórias de Krushev* está a lembrança da orientação de Stalin para utilizar as reservas de ouro da União Soviética para pagar a construção do metrô de Moscou.

Mas o caso da China é o da atual inserção de uma população em torno de 20% da humanidade, que é consumidora crescente num país de conseqüente crescimento de consumo energético, com governo e moeda completamente fora do controle do FMI, dos Estados Unidos e das demais grandes potências. Para usar palavras de Weber, tudo indica nova distribuição da responsabilidade mundial das grandes potências.

Para encerrar, vale falar do euro, moeda da União Européia, da crise que ora atinge alguns de seus países e da importância de lembrar que o Reino Unido, de grande tradição no estudo e na discussão de problemas monetários, jamais aceitou abrir mão de ter a sua própria moeda para entrar nessa comunidade. De início, tudo

indicava que fosse uma bela providência para seus países escaparem do domínio do sistema do dólar. Porém, aquilo pelo que estão passando Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, pelo menos, mostra que foi uma decisão de incrível imprudência política. Como puderam aqueles países, e não só eles, abrir mão de terem as suas próprias moedas e terem seus próprios governos gerenciando seus próprios meios de comando? Como podem ter as suas políticas públicas sem a liberdade monetária que precisam para elas? Não foi sem razão que nas recentes eleições legislativas de Portugal alguns candidatos começaram a falar num possível *adeus ao euro*.

O direito de cunhar moedas sempre foi e ainda permanece a mais inquestionável marca e manifestação de soberania. (Del Mar; 1895, 66)

Governos sem moedas próprias são governos desarmados. Por isso, como no caso da Grécia, o FMI e a União Européia propõem-se a invadir os países europeus em dificuldades com seus empréstimos em dólares e em euros, sem dúvida, cobrando medidas de austeridade e abertura para outros invasores externos: os comandantes do capitalismo internacional. Mas o fato é que enquanto acreditarem em *sistema de mercado* e na representação despolitizada do dinheiro, porque só essa crença explica tamanha imprudência política, será muito difícil escapar dessas e de outras armadilhas daqueles que podem e melhor sabem fazer do dinheiro, por meio do aproveitamento das suas possibilidades não militares, na prática do maquiavelismo monetário, a política e a guerra por outros meios.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AGLIETTA, Michel & ORLÉAN, André. A Violência da Moeda. Tradução de Sonia T. Tomazini. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

CARVALHO, Fernando C. O Treatise on Money na Revolução Keynesiana. Rio de Janeiro, Textos para Discussão, IE, UFRJ.

Dinheiro: a política e a guerra por outros meios ou Maquiavelismo Monetário

- CLAUSEWITZ, Claus von. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- DEL MAR, Alexander. History of Monetary Systems. N. York, A. M. Kelley, 1969.
- GALBRAITH, John K. Moeda: de onde veio para onde foi. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977.
- HAYEK, A.F. Desestatização do Dinheiro. Tradução de Heloísa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1986.
- HECKSHER, Eli F. La Epoca Mercantilista. México, Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBBS, Thomas. Leviathan. London & Melbourne, Everyman`s Library, 1983.
- KEYNES, John Maynard. The General Theory of Employment, Interest and Money. New York, Harvest Book, 1991.
- _____. Essays in Persuasion. New York, W. W. Norton & Company, 1963.
- KNAPP, Georg Friedrich. The State Theory of Money. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1973.
- LENIN, Vladimir. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Moscou, Editorial Progreso, 1989.
- LOCKE, John. Two Treatises of Government. London, Everyman`s Library, 1986.
- _____. Dois Tratados sobre o Governo Civil. Tradução de Julio Fischer. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____. Escritos Monetários. Tradução para o espanhol de Maria Olaechea. Madrid, Ediciones Pirâmide, 1999.
- MACHIAVELLI, Niccolo. Il Principe. Milano, Casa Editrice Carlo Signorelli, 1983.
- _____. O Príncipe. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1973.
- MARX, Karl. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant`anna. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Textos diversos, in: Textos: Marx e Engels, 3 volumes, São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- _____. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- MENDES, Norma M. Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso. Rio de Janeiro, Editora DP & A, 2002.
- MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- NEWTON, Isaac. Mathematical Principles of Natural Philosophy, in: Newton - Huygens. Great Books of the Western World. Chicago, Enciclopædia Britannica, 1952.

PETTY, William. Obras Econômicas. Tradução de Luiz Henrique L. dos Santos e Paulo de Almeida. Série Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1980.

QUESNAY, François. Quadro Econômico dos Fisiocratas. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. Série Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

RICARDO, David. The Principles of Political Economy and Taxation. London & New York, J. M. Deut & Sons LTD & E. P. Dutton & Co. INC., 1948.

_____. Princípios de Economia Política e Tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1982.

SMITH, Adam. The Wealth of Nations. Edited by Edwin Cannan. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.

_____. A Riqueza das Nações. Tradução de Luiz João Baraúna. "Os Pensadores", São Paulo, Abril Cultural, 1983.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

WEBER, Max. Economía y Sociedad. Tradução de José Medina Echavarría e outros. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

_____. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

_____. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Tradução de Irene e Tamás Szmrecsányi. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 3ª edição, 1983.